

Congresso atua em "papel secundário"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Senado, Humberto Lucena, instalou, domingo pela manhã, a primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura do Congresso, declarando estar "côncito do papel secundário que lhe é reservado durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte". O senador Humberto Lucena chamou, no entanto, a atenção para o fato de caber ao Congresso a atribuição de emendar a atual Constituição. A mensagem enviada pelo presidente José Sarney ao Legislativo, que representa sua segunda prestação de contas às duas casas do Congresso, foi lida pelo primeiro-secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA).

Em sua mensagem ao Congresso, onde ressalta a importância da Constituinte, o chefe do Governo destacou o clima de paz e de ampla liberdade nas eleições gerais do ano passado, considerando "fato de maior relevo e consoante com as aspirações da sociedade brasileira, cristalizadas ao longo do período de arbítrio". Conforme o presidente da República, o clima de liberdade das eleições contribuiu "para o engrandecimento das instituições e para a normalidade democrática".

O presidente José Sarney frisou que repousam nos deputados e senadores, eleitos com a missão constituinte, as esperanças e as expectativas de toda a Nação. Ele previu, em sua mensagem, que o "trabalho de elaboração constitucional, apenas iniciado, há de resgatar para a sociedade brasileira os valores permanentes das modernas democracias: uma ordem política estável e participativa, uma ordem econômica mais justa e sem discriminações".

"Como presidente da República, e como cidadão — acrescenta a mensagem —, tenho a certeza de que a tarefa de reordenação institucional há de merecer de vossas excelências a dedicação que sua relevância exige e o devotamento que suas repercussões impõem. O poder Executivo, atento à importância que se reveste essa nobre missão, tem a sua visão histórica da Assembleia Nacional Constituinte, responsável por um novo pacto social democrático, duradouro e justo."

O chefe do Executivo lembrou que, para esse objetivo, na medida de seus compromissos públicos, contribuiu o governo da Nova República. Conforme frisou, a decisão de convocar a Assembleia foi precedida do estabelecimento da liberdade de organização partidária, da concessão do direito de voto aos analfabetos e da concessão de autonomia política aos municípios das capitais e àquelas considerados de interesse da Segurança Nacional.

A legislação eleitoral foi também modernizada e se efetuou o mais amplo recadastramento eleitoral, acrescentando que estas mudanças alteraram de forma significativa todo o panorama político-eleitoral brasileiro, permitindo que número jamais alcançado de partidos, eleitores e candidatos participassem do mais livre pleito já ocorrido em nossa evolução política. Conforme o presidente Sarney, "foram momentos de verdadeira comunhão nacional", e que "este clima de intensa e inédita participação popular, no entanto, não teria sido possível, se não vivêssemos um processo de transição pacífico e sem confrontos, sem que o estado de direito sofresse qualquer abalo".

Na mensagem, o chefe do Executivo destaca também que os demais poderes da República "têm claras e definidas responsabilidades para com a normalidade do processo constituinte, entregue ao poder soberano de vossas excelências, para dar ao País uma nova constituição".

O presidente José Sarney assinalou a responsabilidade do Ministério da Justiça na coordenação política, buscando a harmonia entre os diversos níveis de governo, e com o Tribunal Superior Eleitoral: "no quadro de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, os concernentes à vida e à segurança soblevam-se dentre todos os demais, de vez que, sem deles, todos os demais tendem a tornar-se secundários."

Na avaliação setorial do Ministério da Justiça, a mensagem lembra a difusão nacional das campanhas de combate à violência e à criminalidade, anunciando que, no decorrer deste ano, aquela Pasta dará prioridade à reestruturação e ampliação do sistema penitenciário, além de procurar contribuir, na área jurídica, para adequar os diplomas legais, de forma a atender "aos ditames da Carta Constitucional".

A mensagem do presidente da República refere-se também aos resultados da política externa brasileira, afirmando que eles foram positivos, e que "o Brasil continuou a fortalecer sua posição no cenário internacional, como resultado do processo de consolidação democrática, e se manteve dentro de uma linha invariável de coerência com os tradicionais princípios que inspiram seu relacionamento com os outros estados e sua atuação nos mais diversos foros".



Maciel leva segunda prestação de contas de Sarney ao Congresso de Ulysses e Lucena

PMDB não 'tutelará' PFL, diz Chiarelli

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

Ao reiterar, ontem, sua convicção de que a Assembleia Nacional Constituinte não tem poderes para alterar a atual Constituição, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), afirmou que a manobra nesse sentido, tentada por "radicais" do PMDB e outros grupos de esquerda, pode esconder a intenção de "castrar" o mandato do presidente Sarney, reduzindo-o drasticamente, para apenas três anos, e convocando eleições diretas ainda para 1987. "Nós não vamos permitir que isso aconteça, que haja na Constituinte uma espada de Dâmocles sobre as instituições, através de manobras, escusas, inadequadas e surpreendentes", enfatizou Chiarelli.

Defensor da manutenção do mandato do presidente Sarney em seis anos, conforme estabelece a atual Constituição, o líder do PFL frisou ser evidente que a Constituinte foi convocada para elaborar a nova Carta, e não tem juridicamente poderes para reformar a atual. Observou que a Constituinte delibera com maioria simples — metade mais um —, enquanto a atual Constituição só pode ser reformada por 2/3 dos membros do Congresso Nacional, que continua em atividade parcialmente às atividades constituintes.

O senador Carlos Chiarelli assegurou que o PFL "manterá a sua identidade", não aceitando ser "tutelado" pelo PMDB. "Esta nossa posição, na realidade, está ajudando a maioria silenciosa de bom senso do PMDB a se libertar da minoria ruidosa e radical do partido, que condiciona as suas lideranças", afirmou o líder do PFL, acrescentando que os pefelistas, somados à "maioria de bom senso" do PMDB e grupos de outros partidos, como o PFL, o PDC e o PDS, somam 2/3 da Constituinte.

Para o senador gaúcho, as divergências do PMDB e do PFL na Constituinte não representam, por si mesmas, a ruptura da Aliança Democrática: "A Aliança não é um pacto para a Constituinte, mas para apoiar a quem a convocou; é um acordo político-administrativo no âmbito federal, e não um compromisso de votações uniformes na elaboração da nova Carta, até porque isso envolve questões ideológicas e de doutrina". No entanto, ele advertiu que os "so-lavancos" e "turbulências" e o "aumento de confrontos na Constituinte acabam por diminuir o estímulo para a integração no apoio ao governo".



Lucena irrita Ulysses, por não cumprir acordo prévio

Congresso dividido por decisão dos senadores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

No Congresso, deputados e senadores estão em conflito, causado pela decisão do Senado de funcionar normalmente, contrariando os planos de Ulysses Guimarães, que deseja prioridade absoluta aos trabalhos da Assembleia Constituinte. Na Constituinte, deputados e senadores também estão em divergência, provocada pela tese da "soberania da constituinte", adotada por setores do PMDB e partidos de esquerda. Mas já há ânimo para o acordo, admitem os líderes.

Nos dois casos há projetos de regimento interno causando impasses. O Senado elaborou e quer votar segunda-feira, dia 9, normas regimentais que assegurem seu funcionamento normal, apesar dos trabalhos da Constituinte. Na Constituinte, PMDB e PFL ainda não acertaram suas posições a respeito da soberania da Assembleia, principalmente quanto às atividades da Câmara e do Senado.

O presidente Sarney disse aos líderes e dirigentes do PMDB e do PFL que não quer mais ser surpreendido por propostas de um lado e de outro. Quer ser consultado sobre tudo e quer opinar sobre tudo — por intermédio das lideranças. Aproveitou para pedir ao PMDB e ao PFL que prestem o deputado baiano Carlos Sant'Anna, por ele indicado líder do governo. O PFL prometeu atender.

Sarney, nos dois conflitos, aparece estar ao lado do PFL — ou o PFL está mais ao lado do presidente da República do que ao lado de Ulysses Guimarães. "O PFL apóia o governo Sarney, não o PMDB" esclareceu o presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MDL). Além dos problemas que vem enfrentando para superar o impasse entre o PMDB e o PFL na Assembleia Constituinte — redação final do regimento interno —, o presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte entrou em rota de colisão com o presidente do Senado, Humberto Lucena.

Ulysses acertou com Humberto Lucena, na semana passada, só modificar o regimento interno do Senado Federal depois da aprovação do regimento interno da Constituinte. A preocupação de Ulysses Guimarães é com a prioridade da Constituinte, Câmara e Senado ficariam, na prática, em recesso branco, só se reunindo em ocasiões excepcionais.

Lucena, se não concordou, pelo menos não discordou da proposta. Os senadores, porém, não aceitaram a sugestão de Ulysses Guimarães. Disseram, inclusive, que Ulysses, não contente em presidir o PMDB, a Câmara e a Constituinte, parece que deseja presidir, também, o Senado e o Congresso Nacional.

O presidente do Senado ficou sem apoio dos senadores do PMDB e do PFL para qualquer acordo com Ulysses.

Prioridade de Sarney é normalizar a economia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Crescimento auto-sustentado e combate à recessão; renegociação da dívida externa, preservando espaço para a expansão econômica; intensificação dos investimentos na infraestrutura, sem abdicar da prioridade social; ampliação da poupança interna para financiar o sistema produtivo. Eis a estratégia de ajuste da economia delineada pelo presidente Sarney na mensagem encaminhada ao Congresso, no último domingo.

O presidente ressaltou a "situação ímpar em termos mundiais" vivida pela economia do País o ano passado, com o PIB crescendo 7,7%, incluindo 12% de variação do produto industrial, 13% da atividade do comércio e 17% das comunicações. O setor agrícola, contudo, apresentou um crescimento negativo de -7%.

Sarney justifica a moratória como um ato de soberania e de preservação dos recursos essenciais à continuidade da vida econômica e combate aos críticos do Plano Cruzado, que viram nele "a efêmera vitória de um simples momento de euforia", porém não faz referência ao retorno das elevadas taxas inflacionárias, da indexação generalizada da economia, das altas taxas de juros e da tirania financeira, as mesmas características da economia antes do frustrado programa de estabilização monetária.

OS NÚMEROS DE 1986

Segundo a mensagem presidencial, a formação bruta de capital fixo evoluiu, o ano passado, de 17% para 30% do PIB estimado em Cz\$ 3,6 trilhões, enquanto a inflação alcançou 62,4% com a taxa média situando-se em 2,3%. O déficit público que foi de 4,3% do PIB em 1985 declinou para 2,9% o ano passado, enquanto o déficit de caixa do Tesouro chegou a Cz\$ 106 bilhões.

Na composição do déficit público medido pela metodologia do NFSF (Necessidades de Financiamento do Setor Público) no seu conteúdo operacional, a mesma adotada pelo FMI, e que somou Cz\$ 100,7 bilhões, o governo federal contribuiu com a maior parcela, Cz\$ 65,3 bilhões, vindo em seguida as empresas estatais, com Cz\$ 47,6 bilhões e os governos estaduais e municipais com Cz\$ 5,2 bilhões.

Os indicadores do setor externo apontam para um déficit em conta corrente de US\$ 2,8 bilhões, investimentos diretos negativos de US\$ 100 milhões, pagamento de US\$ 9,3 bilhões de juros e um hiato de recurso de US\$ 6,3 bilhões, volume de recursos de que necessitou o País, o ano passado, do Exterior, para fechar as contas externas.

Os indicadores do endividamento externo informam que, o ano passado, a relação entre o serviço da dívida e as exportações cresceu para 53,6% contra 46,4% em 1985, e que a dívida líquida externa de longo prazo, que era US\$ 85,3 bilhões em 1985, aumentou para US\$ 97,9 bilhões o ano passado, e este montante deve-se crescer mais US\$ 15 bilhões de dívida de curto prazo, que vence dentro do período de 360 dias.

Os indicadores macroeconômicos, ressaltados pela mensagem como resultado do Plano Cruzado, salientam um crescimento de 26% da massa de salários, 15% do salário médio real; um acréscimo de 5,4% no produto real "per capita"; uma taxa de desemprego de 3,8% e 23% de utilização da capacidade instalada do setor industrial.

DESACELERAÇÃO EM 1987

O documento presidencial, contudo, afirma que, este ano, haverá uma desaceleração do setor industrial, a qual, segundo afirma, será compensada por uma expansão do PIB agrícola, prevista para 9%. Há, igualmente, a previsão de que a receita tributária este ano crescerá em função do realinhamento dos preços, ou seja, por efeito inflacionário, e não em decorrência da expansão do setor produtivo.

Fugindo a uma abordagem do fracasso do Plano Cruzado, a mensagem presidencial, ao analisar as perspectivas de longo prazo, afirma que "dificuldades transitórias não poderão obscurecer as potencialidades de nosso país", prometendo que será alcançado o propósito de garantir um crescimento sustentado de 7% do PIB, ampliando-se a taxa de investimento para níveis acima de 21% do produto.

Adverte, contudo, que a definição de um novo padrão de financiamento para o setor público passa, "necessariamente, por profunda reforma tributária, a ser objeto de exame pela Assembleia Nacional Constituinte, e pela renegociação da dívida externa", apresentada como o principal condicionante do crescimento econômico.

A mensagem repete os pontos essenciais do plano de metas aprovado em julho do ano passado, destacando que investimentos prioritários serão feitos nas áreas de transportes, telecomunicações, energia, mineração, metalurgia, fertilizantes, siderurgia, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Adverte, no entanto, que a meta do governo será adequar o ritmo de crescimento do consumo à efetiva disponibilidade de bens e serviços, através de estímulos à poupança, evitando-se assim o surgimento de pressões inflacionárias. Trata-se de um aviso da determinação do governo de manter a política de desaceleração do consumo, iniciada com os pacotes de julho e novembro do ano passado.

A parte mais extensa da mensagem presidencial, dedicada ao exame das políticas setoriais, limita-se quase que exclusivamente a um laboratório das realizações das políticas governamentais do ano passado e de algumas previsões para 1987.

Na área de transportes é anunciada, para este ano, a conclusão da BR-354, Porto Velho a Rio Branco; nas telecomunicações, pretende-se a instalação de mais 600 mil novos telefones; a indústria de informática deve importar US\$ 800 milhões; a reforma agrária promete assentar 450 mil famílias; a irrigação pretende irrigar mais 350 mil hectares e 17 empresas estatais deverão ser alienadas, de uma lista de 70 incluídas numa nova etapa do programa de privatização.



Jutahy lê mensagem

Prioridade para o social e fim da fome

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo vai investir cerca de Cz\$ 140 bilhões na tentativa de acabar com a miséria e a fome no País, conforme mensagem que enviou ao Congresso destacando sua prioridade para o setor social. Admitindo que a área social está vinculada à política econômica, o governo promete que no social irá requerer esforços integrados, que combinem ações nas áreas de educação e saúde com programas de nutrição, creches e atendimento aos menores abandonados, infratores e excepcionais. O governo destaca também sua atuação no campo, com a reforma agrária que "além de atender a um imperativo de justiça social, terá efeitos duradouros sobre o emprego, estancando no campo os problemas que vão desaguar nos grandes centros urbanos".

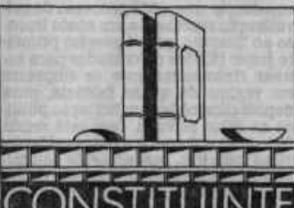
Para o governo, a opção por uma política de crescimento econômico e combate à inflação apresentou resultados favoráveis para os trabalhadores em 1986, com a criação, somente neste ano, de dois milhões de empregos. Na área de saúde, o governo disse estar empenhado em assegurar a todos os brasileiros acesso à assistência médica e volta a prometer um Sistema Nacional de Previdência mais eficiente. No campo da educação, a mensagem do governo revela que a meta de Sarney é a universalização da educação básica de boa qualidade.

O governo destaca na mensagem que em 1986, os programas de recuperação de conjuntos habitacionais e de favelas beneficiaram 50 mil famílias. Para 1987, está prevista a construção de 257 mil unidades por meio do SFH - Sistema Financeiro de Habitação. Para a área de saneamento, o governo vai direcionar verba de Cz\$ 12 bilhões.

Um outro objetivo básico do governo é a ampliação da oferta e a redução dos custos do transporte urbano para a população de baixa renda. Em 1986, segundo a mensagem, foram transportados no país 1,7 milhão de passageiros/dia e realizados investimentos de Cz\$ 3,4 bilhões. Para 87 prevê-se a ampliação da capacidade de transporte do sistema de trens metropolitanos para 2,4 milhões de passageiros/dia.

O desenvolvimento do Nordeste também é prioridade nacional na mensagem do presidente Sarney. O governo pretende aplicar em 1987 recursos na ordem de Cz\$ 500 milhões para o programa de apoio às micro e pequenas empresas da região; mais Cz\$ 7 bilhões para o programa de apoio ao pequeno produtor e Cz\$ 3,8 bilhões na irrigação de quase 100 mil hectares. O governo pretende finalmente modernizar o serviço público, através da reforma prometida há dois anos.

A íntegra da mensagem presidencial está na página 25



Para o líder, acordo está quase fechado

O presidente José Sarney teve ontem à tarde um encontro de 30 minutos com o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e com o deputado Prisco Viana, ambos do PMDB da Bahia, pouco antes de receber o presidente da Guatemala, Marco Vinicio Cerezo Areal, na Base Aérea de Brasília.

Segundo relato posterior do porta-voz, Frota Neto, os três fizeram uma avaliação do momento político e do andamento das negociações para um acordo em torno da questão da soberania, tendo Carlos Sant'Anna garantido que o acordo está para ser fechado, o que vai permitir a votação do regimento interno permanente da Constituinte entre 10 e 11 (na próxima semana).

Carlos Sant'Anna lembrou, como prova dos esforços para o entendimento, os encontros, no fim de semana de carnaval, do presidente José Sarney com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e com a cúpula do PFL.

INTERESSE PÚBLICO

Caso você tenha um problema de alcoolismo em sua família procure Alanon. Fone: 226-7425 Caixa Postal 2034 01000 - São Paulo-SP.